



1 **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família - SEDEF**  
2 **Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR**  
3 **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**  
4 **14 de novembro de 2023**

5 **Plenária Extraordinária:** No décimo quarto dia do mês de novembro de 2023, em 1ª  
6 chamada (início as 09h00) o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do  
7 Adolescente – CEDCA/PR se reuniu na sala de reuniões do 7º andar, do Palácio das  
8 Araucárias, situado à rua Jacy Loureiro de Campos, s/n °, Bairro Centro Cívico, em  
9 Curitiba – Paraná, através de *link* do meet: <https://meet.google.com/vwj-vppc-vve> para a  
10 realização da Reunião extraordinária. **Participação dos conselheiros (as):**  
11 **Conselheiros da SC:** Rodrigo Silva Bonfim (HPP), Henry Baptista Xavier – suplente  
12 (UNILEHU), Ana Alzira Fogaça - (Instituto de ação social João Paulo II), Fabíola Bini  
13 Belin – suplente (Instituto de ação social João Paulo II), Débora Cristina dos Reis  
14 (ABEC), Karoline Dutra Szul – suplente (ABEC), Yan Leonardo Bem (Instituto Jeferson  
15 Bizotto), Victor Gabriel Cinel Gaspari – suplente (APAE de São Sebastião da Amoreira),  
16 Nilson Ribeiro da Silva (SOS Guarda Mirim de Aprapongas), Ana Paula da Silva Bastos  
17 – suplente (SOS Guarda Mirim de Aprapongas), Alexandra Alves José (Epesmel), Nadir  
18 Aparecida Silva (AAMEC), Adriano Roberto dos Santos (Cavanis), Oni Maria Barbieri  
19 (Ledi Mass), Ana Clara Scheneider – suplente (Ledi Mass) e Danielle Dalavechia  
20 Chedid Silvestre (Fundação Iniciativa). **Participação dos conselheiros**  
21 **governamentais: Presidente Juliana Sabbag (CPCA/SEDEF),** Desirré Barbosa  
22 Santiago (Casa Civil), Alceu Menta (Paraná Esportes), Amália Regina Donegá (SETI),  
23 Priscane de Oliveira (CPCA/SEDEF), Juliana Shneider (SEAB), Maíra Tavares (SEED),  
24 Luciana Mara Finger – suplente(SEJU), Joaquim Pedro Duro da Silva (SETR), Fernanda  
25 Crosewski (SESA), Ana Paula Cunha Carvalho – suplente (SESP) e Luciano Arantes  
26 Sanches (SEPL).**Colaboradores e assessores:** Bruna Saraiva (OAB/PR), Fernando  
27 Redede (NUDIJ), Danielle Tuoto (CAOPCAE/MP). **Convidados/as:** Rogério Carboni  
28 (Secretário da SEDEF), Julio Takeshi Suzuki Junior, (diretor de Pesquisa do IparDES),  
29 Leonildo Pereira de Souza (IparDES) Luiza Simoneli (DG/ SEDEF), Mônica Lobo  
30 (Assessora Técnica do gabinete da SEDEF) e Beatrix Splinder (CAOPCAE/MP).  
31 **Apoios:** Juliana Muller (SEC), Marcela Gusso (CPCA) e Denise Xavier (CPCA).  
32 **Abertura.** A presidente Ad Hoc Juliana Sabbag (SEDEF) agradece a presença de  
33 todos, diz que é primeira reunião com a composição do novo colegiado, pede que seja  
34 um dia de bastante diálogo, escuta e entendimento, para que possam construir um  
35 conteúdo de qualidade. Pediu para que as falas sejam no máximo de 2 minutos para  
36 que todos possam ter seu direito. Passou a palavra para o **Secretário da SEDEF,**  
37 **Rogério Carboni,** que deu as boas vindas ao novo colegiado, disse que é papel do  
38 conselho o debate e reforçou a presença do IPARDES, que vai explicar o  
39 encaminhamento de proposta inicial, do critério da deliberação que se pretende vir a  
40 aprovar. Fez um pedido aos conselheiros, que seja deliberado ações voltadas a Política  
41 Pública as crianças. Ressaltou que o supremo Tribunal Federal, órgão máximo na



42 justiça brasileira em um julgamento com recurso extraordinário falou do dever de todos  
43 os entes federados em apoiar a Primeira Infância. Citou também, a falta de  
44 equipamentos públicos para o atendimento a Primeira Infância, e do por que se almeja  
45 utilizar o Fundo a Fundo para os municípios contemplados. E que atualmente tem  
46 trezentos e sessenta e dois milhões de recursos FIA estocados, e que esses setenta  
47 milhões que se deseja ser utilizado para o projeto não prejudica as deliberações em  
48 tramitação. Existe um prazo para firmar essa adesão, onde, nessa adesão terá todas as  
49 cláusulas necessárias com o comprometimento de fazer funcionar nos municípios. A  
50 importância da Primeira Infância, da necessidade do apoio, da proposta do governo em  
51 ser a mesma medida de parceria, onde, para cada real do FIA, será pago um real pelo  
52 governo também para que abranja o maior número de crianças. O secretário se diz  
53 aberto ao diálogo com debate propositivo, em prol de um futuro melhor para as  
54 crianças. **Aprovação da pauta:** aprovada. **Organização do Processo Eleitoral da**  
55 **Presidência e Vice-presidência:** A SEC, Juliana Muller repassa as informações de  
56 acordo com o Art. 42 do Regimento Interno: **Art. 42.** Poderão se candidatar a  
57 Presidente e Vice-Presidente apenas conselheiros titulares, sendo eleitos em sessão  
58 plenária extraordinária específica. § 1º A Presidência e a Vice-Presidência serão  
59 preenchidas de forma alternada entre representantes titulares dos órgãos  
60 governamentais e organizações da sociedade civil, em eleição própria para mandato de  
61 um ano, respeitando-se inclusive a alternância do mandato anterior do conselho e o  
62 princípio da paridade; § 2º A eleição do Presidente ou Vice-Presidente por  
63 representação das organizações da sociedade civil far-se-á dentro do segmento, sendo  
64 considerado eleito aquele que obtiver a maioria absoluta dos votos, devendo o resultado  
65 ser registrado em ata e assinado por todos os presentes; § 3º A eleição do Presidente  
66 ou Vice-Presidente por representação dos órgãos governamentais far-se-á dentro do  
67 segmento por indicação deste, devendo ser registrada em ata assinada por todos os  
68 presentes; § 4º A eleição do Presidente e Vice-Presidente feita por segmento será  
69 ratificada em sessão plenária extraordinária específica. § 6º todo processo eleitoral será  
70 acompanhado pela OAB/PR e fiscalizado pelo Ministério Público. Assim, fica instituída a  
71 organização da Comissão Eleitoral, sendo 02 representantes de cada segmento: sendo  
72 eles: SEED e SETR (GOV), e Cavanis e HPP (SC). **Aprovado.** O prazo da data de  
73 inscrição fica até dia 28 de novembro às 17:00 horas por e-mail junto a SEC, e a  
74 reunião extraordinária no dia 11 de dezembro/2023 para ratificar o processo de eleição.  
75 Com a palavra, o Diretor de Pesquisa do IPARDES, o Sr. Júlio Suzuki informou sobre a  
76 realização da pesquisa junto aos municípios considerando o déficit de creches no  
77 Estado do Paraná, ressaltando a importância do desenvolvimento da Primeira Infância  
78 para o desenvolvimento social. Dando sequência, o técnico do Departamento de  
79 Estudos Populacionais e Sociais do Ipardes, Leonildo Pereira de Souza apresentou os  
80 dados disponíveis para a construção do projeto de construção. Falou sobre o Plano  
81 Nacional e Estadual de Educação, onde, segundo a pesquisa PNADC 2022, no Brasil  
82 36% das crianças de 0 a 3 anos estão frequentando a creche, no Paraná 38%. Na  
83 pergunta qual o principal motivo para não frequentar a creche, 55% diz que é por opção  
84 da família, 25,5% responderam que é por falta de vagas, 8,6% diz que é por não ter  
85 creche ou ser muito distante. Pelo senso do INEP, tem um déficit de 318.000 crianças,



86 concentrada por porte de categoria, sendo 40% pequeno porte, 8% médio porte, 41%  
87 grande porte e 10 % na capital. Esclareceu sobre os índices de prioridades de creche,  
88 1) Déficit de vagas: percentual de vagas necessárias em relação ao total de crianças de  
89 0 a 3 anos no município; 2) Crescimento da população de 0 a 3 anos: taxa de  
90 crescimento geométrico anual da população de 0 a 3 anos no período 2010/2022; 3)  
91 Crianças de 0 a 3 anos com Perfil Bolsa Família: percentual das crianças no CadÚnico  
92 com renda familiar mensal per capita até R\$ 218,00. Apresentou a lista dos municípios  
93 selecionados para a construção de creches. A presidente ad hoc Juliana Sabbag  
94 (SEDEF) agradeceu o imenso apoio do IPARDES em trazer esses dados tão  
95 importantes. Diz que nesse momento, a proposta para esse conselho são as  
96 construções de Centros de Educação Infantil para crianças de 0 a 3 anos, visto que a  
97 obrigatoriedade de escola é para crianças a partir de 4 anos, então, os municípios dão  
98 prioridade para essa faixa etária. Com abertura das discussões, a Dra. Danielle Tuoto  
99 ressaltou que as Políticas Públicas do Estado do Paraná são transversais, fala que os  
100 recursos públicos são finitos, mas as demandas públicas não são, portanto, a correta  
101 alocação dos recursos públicos é que faz a diferença na eficiência e na efetiva garantia  
102 de direitos das crianças e dos adolescentes, por isso da importância de ter um  
103 diagnóstico da Primeira Infância. Citou a reunião que teve com o governo na data do dia  
104 13 de novembro para discutir as implicações legais e da discordância do Ministério  
105 Público, com a ressalva de que o estado do Paraná não tem um Plano Estadual da  
106 Primeira Infância. A promotora, Dra. Beatriz Splinder (CAOPCAE/MP) pontuou que  
107 todos sabem que há uma demanda manifesta de vagas dos CMEIs, onde a LDB diz que  
108 ao Estado cabe prioritariamente atender o ensino fundamental e ensino médio e ao  
109 Município atuarem prioritariamente a educação infantil, mas podem atuar em regime de  
110 cooperação desde que cada um cumpra com suas obrigações prioritárias.No ofício  
111 enviado pelo ministério Público foi sinalizado que além da análise dos dados trazido  
112 pelo IPARDES, é que se possa ouvir a Secretaria de Educação à respeito, porque não  
113 basta construir uma estrutura física, tem que ter uma vinculação com os gestores  
114 educacionais municipais para que tenha o funcionamento. O coordenador Fernando  
115 Redede (NUDIJ) falou da importância da Primeira Infância e o seu impacto na garantia  
116 do direito, agradeceu o levantamento de dados trazido pelo IPARDES. Disse que quase  
117 toda política voltada à infância tem uma transversalidade com outra política, ressaltando  
118 a importância das ponderações feitas pelo Ministério Público, pois, é importante a  
119 construção do espaço físico, mas é preciso especificar todas as outras questões que  
120 permeiam a proposta, tais como, os compromissos que o gestor local irá fornecer, e o  
121 suporte adequado para que o equipamento funcione efetivamente. A conselheira Maíra  
122 Tavares (SEED) falou que tiveram acesso a essa perspectiva, se mostrou bastante  
123 favorável a conjugação desse esforço para que possa sanar e minimizar essa carência  
124 dentro do atendimento da educação infantil, falou da importância de aprimorar vários  
125 aspectos, como equipe multidisciplinar, educação especial, e outras ações. A  
126 conselheira Fernanda Crosewski (SESA) se posicionou quanto à saúde, diz que essa  
127 primeira infância de 0 à 3 anos é prioridade das políticas do Estado, disse que não vê a  
128 necessidade de sanar todas as questões dos ensinos fundamental e médio, uma vez  
129 que tem o recurso disponível. E que estando na rede de ensino, às crianças possuem



130 acesso e suporte a alimentação, vacinas entre outros. E que é preocupante tantas  
131 crianças dessa faixa etária fora de uma rede que envolve a segurança da criança. A  
132 conselheira Prisciane de Oliveira (CPCA/SEDEF) concordou com a fala do Dr. Fernando  
133 Redede, elencando que o equipamento por si só não garante a efetivação de direitos,  
134 entretanto, nada que é ofertado por si só garante, precisamos que a rede de  
135 atendimento tenha participação, e que o município atue, o equipamento vai garantir o  
136 acesso, condições para que a sociedade tenha a oportunidade de decidir o  
137 encaminhamento da criança, e assim garantir a efetivação de garantia dos direitos.  
138 Lembra que não dá para fazer uma análise desassociada de outras questões  
139 principalmente relacionada à atuação do sistema de garantia dos direitos, lembra que  
140 todo fundo a fundo tem um termo de ajuste, onde é formalizado com o município, que  
141 assume as obrigações relacionadas ao recebimento daquele recurso, uma vez que  
142 entenda pela necessidade do equipamento. **Registros gerais das pontuações,  
143 dúvidas e solicitações realizadas pelos conselheiros e/ convidados:** Apresentação  
144 do Diagnóstico da Política Pública da 1ª Infância; Não se discute a importância da  
145 construção de CMEIs; Política Pública prioritária dos municípios, onde o Estado pode  
146 auxiliar desde que tenha cumprido suas obrigações no ensino médio e fundamental;  
147 Onde o Estado não está cumprindo suas responsabilidades com relação a  
148 implementação das Políticas Públicas: Política Educacional ambiental; Implementação  
149 da Lei 13.935 de 2019 - atuação de profissionais (psicólogos e assistentes sociais)  
150 atuando na rede de ensino; Oferta da EJA precarizada/ redução da oferta de vagas;  
151 Precarização da oferta dos cursos técnicos (via EAD sem professores técnicos);  
152 Dificuldade de busca ativa e combate a evasão escolar; Escolas da rede pública sem  
153 água potável; ouvir as considerações da SEED; indicação da fonte de recursos da parte  
154 do estado? Quando será feita a indicação do orçamento do município na LOA?  
155 indicação do valor do PPA no Estado; Necessidade do envolvimento do conselho  
156 municipal da educação; Envolvimento dos gestores educacionais locais responsáveis  
157 pelos equipamentos, transporte público, alimentação, material pedagógico e  
158 funcionários aptos; Acrescentar na pesquisa o índice dos nascidos vivos por região;  
159 Apresentação dos compromissos que o gestor local terá com o recurso; encaminhar a  
160 proposta para apreciação das câmaras de políticas e Fia. Intervalo com retorno às 15h  
161 para a apreciação dos ajustes elencados e dúvidas sobre o conteúdo que foi  
162 apresentado. Na volta, o conselheiro Adriano Roberto dos Santos (Cavanis) informa  
163 sobre o pedido de vistas, em nome da sociedade civil. A presidente Ad hoc, Juliana  
164 Sabbag (SEDEF) esclarece o procedimento de visitas, conforme o Regimento Interno,  
165 com suspensão das discussões. Com dúvidas, ela questiona se tal pedido se refere  
166 mesmo a todos (as) os conselheiros da SC, uma vez que na plenária estão ocorrendo  
167 manifestações contrárias do conselheiro Henry (UNILHEU) e do Yan (Instituto Jeferson  
168 Bizzoto). Então, Adriano retoma as considerações, e informa que o pedido de vistas é  
169 dele enquanto representante da Associação Antônio e Marcos Cavanis. Em seguida  
170 ocorreram as manifestações das conselheiras Alexandra Alves José (Epesmel) e  
171 Fabíola Bini Belin (Instituto de ação social João Paulo II). Em discussão sobre os prazos  
172 estabelecidos no Regimento Interno com relação à entrega do Relatório e o  
173 agendamento da próxima reunião, Juliana Sabbag instaura votação com as seguintes



174 propostas: **Proposta 1: Entrega do relatório dia 24/11 e reunião dia 28/11 e**  
175 **Proposta 2: Entrega do relatório dia 27/11 e reunião dia 07/12. Proposta 01 com 15**  
176 **votos**, sendo eles: Henry (UNILHEU), Yan (Instituto Jeferson Bizotto), Nadir (AAMEC),  
177 Desirré (Casa Civil), Alceu (Esporte), Amália (SETI), Prisciane (SEDEF), Juliana Sabbag  
178 (SEDEF), Juliana Shneider (SEAB), Maíra (SEED), Luciana (SEJU), Joaquim (SETR),  
179 Fernanda (SESA), Ana Paula (SESP) e Luciano (SEPL). **Proposta 02 com 09 votos:**  
180 sendo eles: Rodrigo (HPP), Fabíola (João Paulo II), Débora (ABEC), Priscilla (APAE de  
181 São Sebastião da Amoreira), Nilson (Guarda Mirim de Arapongas), Alexandra  
182 (EPESMEL), Adriano (Cavanis), Danielle (F. Iniciativa). **Aprovado a proposta 01.** Após  
183 as discussões, e dando sequência a reunião, a presidente Ad Hoc Juliana Sabbag  
184 (SEDEF) instaurou o regime de votação com as seguintes propostas: **Proposta**  
185 **Registra-se**, que em conformidade com o § 4º do art. 7º do Regimento, e visto a  
186 manifestação favorável de 2/3 do colegiado via o grupo de whatsapp no dia 27/11/2023,  
187 **a Reunião Extraordinária foi transferida o dia 04/12/2023 (segunda-feira).** A  
188 secretária executiva seguiu a reunião com a reorganização das câmaras setoriais.  
189 **Câmara Setorial Permanente de Gerenciamento do Fundo Estadual para a Infância**  
190 **e Adolescência e Orçamento:** ABEC, HPP, SOS Guarda Mirim de Arapongas, SEDEF/  
191 Prisciane e Renata, Casa Civil e SEED. **Câmara Setorial Permanente de Políticas**  
192 **Públicas:** SEDEF/ Juliana Sabbag e Paula, SESP, SEPL, EPESMEL, Apae de São  
193 Sebastião da Amoreira e UNILEHU. **Câmara Setorial Permanente de Capacitação,**  
194 **Mobilização e Articulação:** Instituto Jeferson Bizotto, Associação Antônio e  
195 **Marcos Cavanis, Fundação Iniciativa, SEAB, SESA e SETI. Câmara Setorial**  
196 **Permanente de Garantias de Direitos:** Instituto de Ação Social João Paulo II, AAMEC,  
197 Ledi Mass, SEJU, Esporte e SETR. Em relação a **comissão de monitoramento e**  
198 **avaliação dos repasses dos recursos do FIA:** Luciana Mara Finger – SEJU; Flávia  
199 Palmieri Ziliotto – SEJU; Amália Regina Donegá – SETI; Sandra Cristina Ferreira –  
200 SETI; Juliana Müller Sabbag – SEDEF; Renata Mareziuzek dos Santos – SEDEF; Paula  
201 Cristina Calsavara – SEDEF; Juliana Maruszak. Schneider– SEAB; Fernanda Crosewski  
202 – SESA; Maíra Tavares – SEED; Flávia Palmieri Ziliotto – SEJU; Suelen Glinski  
203 Rodriues – SETR. Eliete Aparecida Kovalhuk – SESP; Sobre a **comissão de seleção**  
204 **do edital de pequenos serviços e manutenção** fica Presidente Juliana Muller Sabbag,  
205 representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF /  
206 Coordenação da Política da Criança e do Adolescente; Juliana M. Shneider;  
207 representante da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB;  
208 Renata Mareziuzek – representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento  
209 Social e Família – SEDEF/ Coordenação da Política de Assistência Social; Suelen  
210 Glinski Rodrigues – representante da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e  
211 Renda – SETR. Nadir Aparecida da Silva Fantin – representante da Associação Amor e  
212 Cuidados – AAMEC; Adriano Roberto dos Santos – representante da Associação  
213 Antônio e Marcos Cavanis; Rodrigo Silva Bonfim – representante do Hospital Pequeno  
214 Príncipe – HPP. Sobre a **comissão de seleção do edital de controle social:** Rodrigo  
215 Bonfim – representante da Sociedade Civil pelo Hospital Pequeno Príncipe; Adriano  
216 Roberto dos Santos – representante da Sociedade Civil pela Associação Antônio e  
217 Marcos Cavanis; Luciana Mara Finger - servidora efetiva, representante governamental



218 pela Secretaria de Estado da Justiça – SEJU; Desirré Barbosa Santiago -, representante  
219 governamental pela Casa Civil; Presidente: Juliana Muller Sabbag – representante  
220 governamental pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família –  
221 SEDEF/ Coordenação da Política da Criança e do Adolescente. **Aprovado.** A  
222 presidente Ad hoc Juliana Sabbag finalizou a Reunião, sendo que a presente ata foi  
223 redigida pela servidora Marcela Gusso (CPCA/SEDEF) e após a aprovação será  
224 publicada no Dioe e disponibilizada no site do CEDCA/PR.